



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

Santos (SP), 13 de maio de 1962.

*Na inauguração da nova sede do
Sindicato dos Operários nos Serviços
Portuários de Santos, São Vicente e
Guarujá.*

É com grande emoção que chego hoje a Santos, como Presidente da República, para inaugurar a sede deste Sindicato de companheiros portuários. Digo companheiros portuários porque tive a honra de receber o título de sócio honorário desta entidade quando, nomeado pelo grande Presidente Vargas, assumi a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, e me transportei para cá, num dos momentos mais difíceis que vivia a classe operária santista. Conhecem-me, portanto, os portuários de Santos, não apenas como Presidente da República, mas principalmente como companheiro de lutas do passado, das lutas que realizávamos neste mesmo local, quando ainda havia aqui a velha casa que hoje tenho o prazer de ver transformada nesta sede magnífica, fruto da unidade, da capacidade e do patriotismo da classe portuária.

Congratulando-me com os operários desta cidade, quero também congratular-me com suas digníssimas famílias, no dia de hoje, que, se por um lado representa para os trabalhadores uma data tão significativa, porque marca o fim da escravatura em nosso país, assinala, ainda, a grande efeméride em que se homenageia a mãe brasileira. E ao dirigir-me, com a afeição que me merecem, aos familiares desta grande classe, quero, da sua sede sindical, prestar minha homenagem a todas as mães de nossa pátria, na pessoa da mãe-operária.

Sinto-me orgulhoso de presidir este ato em que os portuários vêm realizada uma de suas maiores reivindicações, entregando aos seus sindicalizados uma obra que, como bem disse o presidente do

Forum Sindical de Debates de Santos, não representa somente a sede dos portuários mas a trincheira dos trabalhadores santistas e um símbolo de luta e de capacidade de toda a classe operária brasileira.

Ouvi com profundo respeito, como sempre o fiz em toda a minha vida pública — e isto constitui uma das lições que recebi daquele Presidente que vive no meu e no vosso coração, porque vive no coração do povo —, as palavras aqui proferidas pelos líderes sindicais. Realmente, trabalhadores de Santos, o Brasil vive um momento difícil de sua história. Mas, quando vejo manifestações como esta, sinto que a classe operária, através de sua unidade e de seu patriotismo, há de ser, no futuro, como tem sido até agora, um dos elementos decisivos para a solução das grandes crises nacionais. Noto na fisionomia de cada trabalhador a certeza de que confia no destino de sua pátria, tanto quanto confio na unidade da classe operária.

Esta casa é uma prova de que o trabalhador consegue tudo aquilo a que se dedica a fundo para conseguir. É possível que, há alguns anos, se um portuário pensasse na edificação desta sede, algum companheiro lhe dissesse: "Talvez estejamos ainda muito longe de consegui-la". Assim também sucede com as grandes reformas econômicas e sociais na vida de um país. Precisamos — e não apenas os trabalhadores o proclamam, é toda a Nação — de reformas de profundidade na estrutura do País, a fim de que possamos caminhar mais decisivamente no sentido da nossa emancipação econômica.

Talvez eu jamais encontrasse oportunidade melhor do que esta para falar aos trabalhadores de Santos, que representam e simbolizam, como muitos já o disseram, a classe operária nacional. Nas comemorações do Dia do Trabalho, em Volta Redonda, marco de nossa emancipação econômica lançado pela coragem e o patriotismo do Presidente Vargas, dirigi-me a todos os trabalhadores brasileiros, em linguagem franca, para afirmar-lhes que não dependia somente do Governo, nem tampouco do Congresso, a realização das grandes reformas no Brasil. Essas reformas dependem, também, da classe operária, da unidade dos trabalhadores, dessa unidade que, há bem pouco tempo, foi aqui demonstrada por movimentos democráticos.

A classe operária, em sua quase unanimidade, tem-se mostrado solidária com as aspirações reformistas. Alguns, é verdade, não compreenderam a minha declaração, outros a combateram, até mesmo para discutir-lhe a formulação jurídica e os possíveis erros que teria cometido o Presidente da República na conceituação dessa idéia. Mas, quando falei aos trabalhadores na "Cidade do Aço", não foi para exprimir o meu pensamento a respeito de coordenação jurídica, e sim para dizer à classe operária da necessidade de que tais reformas se façam com ou sem reformulação constitucional, respeitados sobretudo o sentimento do povo e o desejo dos trabalhadores. Talvez assista razão aos eminentes mestres, no sentido de que eu haja errado na conceituação jurídica do problema, mas a verdade é que o povo não erra quando pede essas reformas, porque sabe que elas são indispensáveis à sua sobrevivência, indispensáveis à sobrevivência e ao fortalecimento do regime democrático. Venho-me batendo, há muitos anos, para que essas reformas sejam realizadas e, com este propósito, volto a convocar a classe operária para um movimento não em meu favor, não em favor dos políticos ilustres que se encontram nesta mesa, não em favor dos portuários, mas em favor de todo o povo brasileiro, especialmente das camadas mais sofridas da população.

O que interessa ao Brasil são as reformas que nos tragam tranqüilidade e paz social, e aqui repito, sob o testemunho insuspeito dos trabalhadores, que desejamos verdadeiramente essa paz e essa tranqüilidade, Estou convencido de que nenhum país terá paz social se repousar sobre a miséria das classes operárias e a infelicidade dos mais humildes. Não sei se aqueles que combatem as reformas desejam realmente a paz social: Deus e o tempo se encarregarão de demonstrá-lo.

É preciso também dizer, com franqueza, que reformas apenas de superfície não resolvem os graves problemas nacionais. No tocante à reforma agrária, por exemplo, entendo que sem a modificação de dispositivos constitucionais não será possível realizá-la em benefício do povo. Por um artigo de nossa Carta Magna, as desapropriações só poderão ser efetuadas mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Ora, evidentemente, se fôssemos proceder desta maneira, não haveria tal reforma no Brasil. Não chegaríamos

a fazê-la se o Govêrno tivesse que despender quantias fabulosas na compra de terras e pagar preços que serviriam, afinal, não para ajudar o trabalhador, mas para enriquecer ainda mais o latifundiário. Não defendo, também, a expropriação de terras. Sou favorável a que se pague ao proprietário, mas que se lhe pague o valor à altura daquilo que se lhe pode pagar, e que o pagamento seja feito a longo prazo e em títulos da União. Se fôssemos emitir o necessário para o pagamento das áreas desapropriadas, antes que se fizesse a reforma agrária já a inflação teria corroído o organismo do País, e o levaria, decerto, à revolução. Façamos a reforma em termos que realmente atendam aos interêsses dos pequenos produtores e possibilitem o acesso à terra àqueles que não a possuem e que, por isso, são obrigados a pagar preços extorsivos, sob o regime de arrendamento ou de parceria.

Quando falo, também, em reforma tributária, não me refiro apenas a providências para cobrir *deficits* orçamentários. Em países mais adiantados, constantemente citados por homens que ainda não admitiram a necessidade de reformas de profundidade, o impôsto de renda é pago numa proporção que atinge até 90% de certos lucros. No entanto, aqui no Brasil, desgraçadamente, os que mais lucros obtêm são, muitas vêzes, os que menos recolhem aos cofres públicos. É necessário, portanto, que se faça uma revisão total na sistemática arrecadadora do País, para que todos contribuam de conformidade com seus lucros, especialmente os que mais se beneficiam com a inflação.

Considero também indispensável uma reforma eleitoral, a fim de que o povo, o operário, possa participar efetivamente do Congresso Nacional, que é, em última análise, quem decide sôbre os destinos do País. A eleição não pode ser privilégio dos ricos. A classe operária precisa estar representada não sômente no Parlamento federal, mas também nas Câmaras estaduais e municipais, levantando nessas assembléias a autenticidade de seus anseios e aspirações. Neste sentido, há necessidade de que os trabalhadores se organizem e se unam cada vez mais, de modo que as reformas correspondam aos interêsses populares, interpretados por seus legítimos representantes.

Quero também dizer à classe operária, nesta oportunidade, que as reformas de base não se fazem por decretos: fazem-se por leis, e essas leis quase sempre refletem, na sua essência, os fatos sociais. Estamos, agora mesmo, diante de fatos que exigem a atenção dos dos homens de govêrno. Refiro-me, particularmente, à miséria no Nordeste, descrita aqui por líderes dos trabalhadores, e também às dificuldades que o povo brasileiro está sofrendo em consequência do processo inflacionário. É imperiosa a modificação de leis quando se tornam obstáculo à ação do Poder Público no sentido de dar solução aos problemas do povo. Nas atuais circunstâncias, julgo que a classe operária deve juntar-se a todos os patriotas que desejam realmente essas reformas, a fim de que elas sejam concretizadas em termos de interêsse nacional e dentro do menor prazo possível.

O problema mais grave, trabalhadores de Santos, eu o quero abordar agora: é o do custo de vida, que constitui reflexo de outros tantos problemas também graves. Ainda anteontem, dirigindo-me à classe ferroviária, eu lhe dizia que dentro do atual sistema de govêrno — aprovado pelo Congresso numa hora em que todos desejavam evitar um movimento capaz de ensangüentar a família brasileira — não tenho poupado esforços e mesmo sacrifícios, em contato permanente com o Conselho de Ministros, a fim de que se tomem medidas drásticas e corajosas para atenuar as dificuldades impostas ao povo pela elevação de todos os preços, principalmente dos gêneros de primeira necessidade. Tenho afirmado publicamente, até, que se faça intervenção no comércio distribuidor, que se puna, que se faça cumprir a lei, que se importem artigos essenciais para aliviar a situação interna dos preços. Tenho feito apelos, e posso dizer à classe operária que êsses apelos vêm encontrando compreensão por parte da maioria dos órgãos da administração federal. Mas, fiel que sou aos trabalhadores, devo dizer-lhes também, numa homenagem de franqueza e de sinceridade, que as medidas de contenção de preços, de importação de gêneros, de intervenção, consideradas tão necessárias, de nada adiantarão se, ao lado delas, não se estabelecerem planos objetivos para o aumento da produção, se não fôr promovido o livre acesso à terra àqueles que ainda não a têm para produzir, se não se proporcionar assistência técnica e financeira aos agricultores.

Portanto, quando falo nessas reformas, quando tomo a iniciativa de sugerir ao Congresso, respeitando a sua soberania, que elas sejam feitas quanto antes, e quando imagino que, por exigüidade de tempo, não possa o atual Parlamento levá-las a cabo, entendo que seria conveniente transferir essa tarefa ao próximo Congresso. Desta maneira, atribuindo-se maior soma de podêres ao futuro Legislativo, embora limitados êsses podêres às reformas básicas, poderia o povo participar mais ativamente das campanhas eleitorais, durante as quais os candidatos teriam que discutir com a classe operária as soluções para nossos grandes problemas.

Felizmente, as forças mais progressivas do País já vêm sentindo a necessidade das reformas e estão convencidas de que a verdadeira paz social, sonhada e preconizada pelo imortal Presidente Vargas, só poderá efetivar-se no Brasil quando proporcionarmos melhores dias de vida às classes humildes e quando todo o povo participar das riquezas nacionais. Triste do progresso que beneficiasse apenas pequenas minorias privilegiadas: êste progresso, esmagando as classes populares, esmagaria também o próprio País.

Levando daqui a certeza de que a classe operária está vigilante na defesa dos interesses nacionais, quero dizer a todos que me sinto na mesma trincheira em que me encontraram os trabalhadores de Santos, pela primeira vez, neste mesmo lugar e na velha sede sindical, que mal comportava a décima parte da grande assembléia hoje aqui reunida. Permaneço na trincheira que me foi indicada pelo Presidente Vargas, por aquêle que lutou com tôdas as suas energias e que escreveu com o próprio sangue uma das mais comoventes páginas do patriotismo neste país, mas que, como ainda há pouco afirmava Osvaldo Pacheco, foi também um incompreendido na sua luta incansável, até ser vencido pela reação, nos tristes dias que antecederam o 24 de agosto de 1954.

Reflita a classe operária sobre as palavras de Osvaldo Pacheco. Muitos, infelizmente, naquela hora, não souberam compreender a grandeza da luta do Presidente Vargas e, talvez por isso, não lhe emprestaram a solidariedade e o apoio de que êle carecia em momentos tão dramáticos. É necessário que os trabalhadores também reflitam sobre a sua posição. Respeito a crítica dos outros, mas também respeito as pessoas que sabem fazer autocrítica.

Ao concluir, agradeço tôdas as homenagens que me prestaram os valorosos portuários de Santos e, também, as palavras de afirmação democrática de todos que ocuparam a tribuna nesta noite memorável. Agradeço igualmente — e o faço em nome dos portuários — a presença do eminente Governador do Estado de São Paulo, Professor Carvalho Pinto. E que minhas últimas palavras sejam para reafirmar que continuaremos a luta, dura e difícil, até à meta final, que nos foi traçada pelo grande Presidente Vargas — a meta da emancipação nacional. É a meta de um Brasil tranqüilo, de um Brasil que quer paz e felicidade, paz e felicidade que só podemos conseguir com a tranqüilidade de tôda a família brasileira, e não apenas de certos grupos que desejam a cristalização de privilégios.